



**Polícia Nacional de Angola**  
**Direcção de Segurança Pública e Operações**  
**DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA**

**REQUERIMENTO**

**AUTORIZAÇÃO/ACTUALIZAÇÃO DE UNIFORME/  
LOGOTIPO PASSE**

**PARECER**

--

Licença nº:

Data de Entrada:

**DESPACHO**

--

Preencha o formulário com a devida atenção, leia e responda a todos os dados solicitados.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Designação

--

Endereço da Sede Social

Provincia:		Município:		Distrito:	
Bairro:				Referência:	
Edifício:		Apto:		Porta:	
Telefone:			Email:		

**Anexa o Mockup (PDF)**

- 1- Um Mockup descritiva e do desenho, talhe dos modelos e peças de homem e mulher, com indicação das cores e amostras dos tecidos utilizados e condições de utilização e calçado;
- 2- Um Mockup descritiva e do desenho, talhe dos modelos de viatura e motorizadas, incluindo capacete e colectas;
- 3- Registo de marca/ símbolo emitido pelo instituto nacional de propriedade industrial;
- 4- Comprovativo de Licença de Publicidade em viaturas e motorizadas;

<b>Informação Adicional</b>
Em conformidade com a lei de protecção de dados, as informações recolhidas no presente requerimento e documentos anexos são objecto de tratamento automatizado no SIGESP (Sistema de Gestão de Segurança Privada). É assegurado aos interesses o direito à informação e acesso aos respectivos dados, assim à correcção de inexatidões que se verifiquem. Os dados inscritos no presente requerimento deverão ser correctamente inseridos e a respectiva documentação ser entregue na sua totalidade, nos termos e prazos sob pena de comprometer a instrução do processo e ser rejeitado, nos termos do nº 4 do artigo 8º do, DP. 225/17 de 27 de Setembro.
<b>Intenção</b>
Vem requerer nos termos do artigo 58º do Decreto Presidencial 225/17 de Setembro, a autorização para uso de Binómio Sinotécnico (Canídeo)
<b>Declaração</b>
Declaro que fui informado que as actividades proibidas, dever de colaboração e sigilos a que está Vinculada a actividade privada de segurança, nos termos dos Artigos 6º 23 e 24 da Lei 10/14 de 31 de Julho e demais e que a falta de verdade nas declarações e documentos agora prestados, Incorre em responsabilidade criminal, nos termos da legislação penal.
<b>O signatário</b>